

Sozinha na berlinda

ANC 11

Luiz Orlando Carneiro

Não se pode saber ao certo até que ponto a reação do presidente Sarney à amputação de seu mandato foi abrangida pela hospitalização do presidente da Constituinte, da Câmara e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães. Mas não há dúvida de que a artéria obstruída do dr. Ulysses terá refrutado impulsos retaliatórios mais violentos por parte do presidente que, uma vez mais, considerou-se traído e vítima da incompreensão geral, mas parece ter optado pela postura do estadista resignado e não do político ressentido.

Mas qualquer que viesse ou venha a ser o grau de reação do chefe do governo e de ministros como o da Aeronáutica, preocupados com a ingovernabilidade do país no clima candente da sucessão prematura, a Assembléia Constituinte, às vésperas de reunir o seu plenário, passa a ocupar, sozinha, a berlinda que, apesar do crescente desgaste do Executivo, vinha dividindo com o presidente da República.

As polêmicas votações da Comissão de Sistematização, incluindo barganhas com a criação do Estado de Tocantins pelo voto pró-quatro anos do deputado Siqueira Campos, e decisões tão incríveis como a nacionalização dos postos de combustíveis, tornaram a Constituinte como um todo ainda mais vulnerável às críticas segundo as quais seus membros vêm agindo, em muitos casos, mais como políticos em comício do que como constituintes, usando sem critério constitucional a faca e o queijo da maioria absoluta.

Os integrantes mais moderados da Comissão de Sistematização estão convencidos de que as concessões demagógicas e de ocasião mais gritantes, que não passariam de uma dúzia, serão corrigidas no plenário, através da negociação e na base do bom senso, como é o caso dos "avanços" que a esquerda conquistou no capítulo referente aos direitos sociais. No entanto, fica difícil explicar aos críticos como é que a Comissão incluiu no projeto constitucional a criação dos Estados de Tocantins, Roraima e Amapá para, no dia seguinte, acatar, por 50 votos a 39, emenda do deputado José Serra proibindo a União de assumir encargos financeiros decorrentes da criação de novos Estados.

Moral "versus" fisiologia

José Nêumane Pinto

"A póstolo de um humanismo racionalista e crítico", o português Antônio Sérgio (1883-1969) deixou uma obra cujas pretensões didáticas transparecem em todas as idéias. Num opúsculo denominado *Democracia*, ele assim define este regime de governo: "É, sob o ponto de vista político, o regime em que são fiscalizados os governos pelos representantes da opinião pública, e em que os representantes da opinião pública votam as bases da legislação (sob um conjunto de garantias rigorosamente determinadas) buscando, por aqueles meios, a progressiva igualização de todos os membros da sociedade, a aproximação da sociedade sem classes".

De acordo com o socialista idealista, "esses fiscalizadores e legisladores, para o democrata, não podem ser representantes de classes, porque ele deseja a supressão das classes e porque o representante de cada uma das classes exprime a vontade da respectiva classe, e não de fato a vontade geral". Ao ler esta frase do professor português, o observador do quadro político brasileiro contemporâneo dificilmente resistirá à tentação de substituir classes por regiões e chegará, de certa forma, a raciocínio idêntico, desembocando praticamente na mesma conclusão: *como é possível construir uma Democracia, tal como a entende Antônio Sérgio, um regime ético, se o órgão encarregado de criar tal regime se divide no mais obscuro regionalismo a ético e sovina?*

É bem verdade que a crítica também caberia, talvez até com mais propriedade, à divisão da Constituinte, em que foi transformado por decreto presidencial o Congresso da República, num abominável campo de batalha de interesses profissionais. Mas primeiro nos cabe discutir o problema — de enorme gravidade para o Brasil — da representação política, indispensável em qualquer democracia, na sociedade de massas em que vivemos e no mundo em que estamos inseridos.

Em seu opúsculo didático, Antônio Sérgio propõe um regime de consumidores, alegando que as classes produtoras são antagônicas e minoritárias. Propõe também uma metodologia complexa de experimentação microcôsmica das leis, antes de pô-las amplamente em prática. No Brasil, é preciso, em primeiro lugar, se resolver o problema crucial da representação política, antes mesmo de se pensar em qualquer experimentação ou na definição de um regime de consumidores ou de classes produtoras. Na raiz da crise da democracia brasileira está a questão do conflito entre o Brasil arcaico e o Brasil moderno, sempre resolvido pelas elites em benefício das estruturas velhas e apodrecidas de um país semifeudal, que resiste a morrer, embora cercado por um capitalismo muitas vezes moderno, mas muitas outras vezes selvagem, que aperta o cerco, à medida que o tempo avança.

O melhor exemplo da capacidade de fôlego desse Brasil arcaico é a recente decisão da Comissão de Sistematização da Constituinte de manter a limitação de número de deputados na Câmara por Estado, que pune inexplicavelmente os estados mais desenvolvidos e cria um sistema de representação disforme, em que são hiper-representados estados menos populosos. Com a manutenção do sistema casuístico e autoritário criado pelo regime militar, que havia cooptado as elites oligárquicas das regiões mais pobres e atrasadas do país, sobrevive, de forma perversa e inexplicável, o impasse político de uma democracia que nunca se moderniza, muito menos se pereniza, porque se submete ao jogo pendular, oscilante entre autoritarismo e o populismo, ambos desenfreados. Este jogo só interessa a uma oligarquia voraz, incompetente e corrompida.

A união das bancadas dos estados mais pobres, com a incompreensível adesão da maioria da bancada mineira, que resultou no estrangulamento da representação política dos

Mais sério ainda, ao que tudo indica, vai ser provar que a instituição do sistema parlamentar de governo, nesta fase semifinal da Constituinte, não terá sido mesmo, como o governo dizia, uma sinuosa manobra para eleger, em 1988, o sucessor de Sarney, não apenas como chefe de Estado, mas como chefe de Governo também. Aliás, parlamentares como Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra e Miro Teixeira não fazem segredo disso.

O senador José Richa, parlamentarista, mas um dos principais articuladores do encurtamento do mandato de Sarney — e portanto da eleição presidencial em novembro — nunca deixou de admitir que o ideal seria o mandato de cinco anos para o "presidente da transição", pois o país teria de ter tempo para se acomodar ao sistema parlamentar. Mas afirma que "Sarney não ajudou", e que passou a ser inevitável correr o risco de uma campanha sucessória presidencialista trombando a fase de deliberações finais da Assembléia Nacional.

O ministro Prisco Viana, fiel escudeiro do presidente e hoje desafeto do senador Richa, acha que os verdadeiros parlamentaristas cometeram um erro tático. A seu ver, um plebiscito de fato estará ocorrendo durante os próximos 60 dias, com os presidencialistas-candidatos, Brizola e Lula à frente, pressionando das ruas e das praças o plenário da Constituinte, que estará votando o sistema de governo, provavelmente, lá para o fim de janeiro. Como ele, muitos parlamentares consideram que dificilmente o plenário resistirá a essa campanha, à margem da qual não poderão ficar os presidencialistas do PMDB, sobretudo o "parlamentarista" Mário Covas, e o candidato natural do PFL, o ministro Aureliano Chaves.

Todos estão de acordo num ponto: a sucessão presidencial — e não na moldura do parlamentarismo — começou a atropelar a Constituinte. Resta ver se os constituintes vão ser tão atropelados que terão de queimar etapas para chegar logo ao sistema de governo, a fim de se integrar o mais cedo possível nas campanhas para o Planalto e para as prefeituras, deixando em segundo plano questões tão fundamentais como as relativas à educação e à saúde, votadas a toque de caixa na Comissão de Sistematização, para não falar nos capítulos da ordem social e da econômica.

estados mais prósperos, não tem nenhuma explicação razoável. O Senado, ao garantir três representantes por Estado, já assegura a sobrevivência do regime federativo, que, aliás, não é comprometido pela diferença de porte das bancadas, mas pela instauração do parlamentarismo, um sistema de governo que, como qualquer leigo sabe, favorece explicitamente o Estado unitário. No entanto, o parlamentarismo também foi instituído pela Comissão de Sistematização, juntamente com decisões contraditórias, como o voto proporcional e a estabilização do funcionalismo público não profissionalizado.

Na qualidade de nordestino e de eleitor em São Paulo, o escrevinhador destas linhas sente-se duplamente traído pela decisão da comissão: seja porque seu voto foi aviltado, representando apenas um quinze avos do voto de um cidadão acreano, seja porque a Constituinte manteve um sistema perverso, que praticamente eterniza no poder as elites da região pobre, de onde ele vem. Pois tais elites só conhecem a linguagem do clientelismo, do patrimonialismo e do prebendismo. São elas que absorvem, como as mais porosas esponjas, todos os recursos investidos na tentativa de tirar da pobreza as populações do sertão e das cidades do Norte e do Nordeste.

Ao tomar dispar a representação política, aguçando as diferenças regionais na gerência dos interesses da sociedade, as bancadas nortistas, nordestinas e mineira na Constituinte não ajudam a desenvolver seus estados nem travam o crescimento econômico dos estados mais ricos. Afinal, é útil observar que as grandes disparidades de desenvolvimento econômico, aguçadas durante o regime autoritário militar de 1964, se tornaram mais agudas justamente sob a regência de tal casuísmo. Ao contrário, estão tentando perpetuar-se no poder, com seus mandatos, que trocam por favores oficiais, empregos para parentes e cabos eleitorais e outras migalhas.

Os oito milhões de nortistas, nordestinos e mineiros que votam no Estado de São Paulo, traídos pela decisão de seus conterrâneos, interessados apenas em garantir sua própria pele, serão somados a mais tantos outros que, para sobreviver, terão de fugir do paternalismo tacanho daqueles que desenham mapas do Brasil cortados pela metade, afirmando, com orgulho imbecil: "292 votos e uma só vontade". É uma verdade muito triste. Sobretudo porque haverá pouca esperança de prevalecer um regime realmente democrático, enquanto o Brasil moderno não conseguir ter representação política adequada, proporcional à sua força econômica.

Não se trata de um raciocínio aritmético. O socialista idealista Antônio Sérgio já advertia que, nas origens dos insucessos e vicissitudes de algumas tentativas de instauração e conservação de um regime democrático, prevelace uma. Segundo ele, "ver-se-à que os homens responsáveis não tiveram uma dose de espírito crítico que lograsse aplacar a turbulência física desta máquina explosiva composta de nervos, de sangue, de músculos irritáveis, de efervescentes humores, que faz as misérias da vida humana". Ele acha que quem dá realidade a uma democracia é "o cidadão de caráter e de espírito crítico, que consegue dominar os seus próprios nervos e que sabe opor aos variados poderes (pelos seus juízos) uma resistência pacífica, obstinada, lúcida. A verdadeira reforma da sociedade não depende só de um remédio mecânico a ela aplicado de uma vez para sempre: tem de estribar-se simultaneamente numa ação moral de todos os dias". A única esperança é que, no plenário, a ação moral prevaleça pelo menos uma vez sobre a fisiologia, e que a Constituinte contribua para resolver nosso maior impasse político, dando o equilíbrio necessário à arbitragem do conflito entre o Brasil arcaico e o Brasil moderno, pela justa e democrática representação dos eleitores de seus estados e regiões.

José Nêumane Pinto é editor da política de "O Estado de S. Paulo"

Ditadura da minoria

Gilberto Souza Gomes Job

Tudo começou quando um sociólogo "progressista" foi escolhido relator do regimento interno da Constituinte... Estava aí a oportunidade para acabar de vez com a alegria de certos teimosos empresários, que insistem em tentar implantar um regime capitalista moderno num Brasil semi-estatzado, onde 9 milhões de eleitores, muitos deles destaques do "Bloco Queiroz e Meu", têm o seu nome gravado indelevelmente nas folhas de pagamento do Estado.

Sua primeira providência foi a de requisitar os serviços de um engenheiro bom de oratória e de aritmética para a empreitada que não se afigurava muito difícil... Afinal, o próprio chefe do governo nunca fora além das palavras, nos discursos em que prometera seu apoio à livre iniciativa. Por outro lado, jamais, em tempo algum, foi tão atribulada a vida dos empresários privados, quanto em sua ainda curta gestão. Nem os amigos se salvaram!

Em pouco tempo o plano estava pronto e acabado, como seria de esperar de um político que enfrentara e vencera desafios mais instigantes no âmbito da paulicéia desvairada. Evidentemente que sua estratégia se apoiaria no fato por demais conhecido de que os nossos parlamentares, tanto quanto os nossos leitores, preferem não se envolver com números... O que não acontece com um engenheiro.

Para começar, era preciso vencer o líder do partido adversário a aceitar a honra de indicar os presidentes das 24 comissões e subcomissões temáticas, enquanto eles, modestamente, se contentariam em nomear seus relatores. Afinal de contas, como todos sabiam, o regimento interno do Congresso Nacional determinava que, quando o relator de uma comissão fosse voto vencido, o presidente nomearia outro parlamentar para relatar o voto vencedor.

Então o "pulo do gato"! No regimento da Constituinte, elaborado pelos nossos espertos "progressistas", o relator, mesmo derrotado, não poderia jamais ser substituído. E tem mesmo com seu relatório vendia debaixo do braço, seria promovido à Comissão de Sistematização, formada por somente 93 "eleitos", onde voltaria a pugnar por seu projeto. Já seus opositores, que o haviam derrotado nas comissões temáticas, eram rebaixados a constituintes de segunda classe, só podendo

voltar a se manifestar no plenário, com seu voto diluído entre os de 559 outros.

Como se vê, o voto do relator, mesmo derrotado, volta ao debate nas decisões da Comissão de Sistematização, onde apenas 47 constituintes, escolhidos a dedo, aprovam uma matéria que, depois de aprovada, só poderia ser modificada pelo voto de pelo menos 280 constituintes de segunda classe. Não é preciso ser muito inteligente para concluir que, por essa matemática, 47 valiam mais do que 279. É muita picardia... ou, como diria o presidente Geisel, é a ditadura da minoria.

Não me venham agora com essa conversa de que o povo tem os políticos que merece. Já houve um tempo em que o Brasil inteiro vibrava com a cultura de um Santiago Dantas, a dignidade de um Milton Campos ou a oratória de um Carlos Lacerda. Dos "espertos" a história esqueceu os nomes. Muitos brasileiros, nos últimos anos, têm sido constrangidos a rir com as macaquices do Juruna ou o deboche do Agnaldo Timóteo comendo (e mal) sua marmita na tribuna da Câmara. Mas o Brasil já conheceu estadistas do porte de um Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek ou Humberto Castelo Branco, que estaria acometidos de justa revolta se vissem nosso país inadimplente e ainda por cima buscando tirar vantagens dessa triste condição.

Queira Deus, porém, que nem tudo esteja perdido. De repente, como nos filmes de "mocinho", quando parecia que ninguém mais derrotava o "bandidão", surge um grupo de constituintes dispostos a defender os ideais da maioria que lhes confiou seu voto. Sua rebelião vem na hora exata e haverá de levar de roldão aqueles que haviam menosprezado suas capacidades, relegando-os a um segundo plano.

Vamos dar um grande patifariação que o jurista Miguel Reale chamou de "grande patifaria" e que o doutor Heráclito Sobral Pinto classificou de "desastre", observando que "o nível é baixo e os interesses pequenos".

O Brasil é grande demais para se acomodar nos limites de uma minoria preconceituosa e míope. E que ela não tente agora se proteger de maioria rebelde e da opinião pública esclarecida, fazendo-se de vítima de uma tentativa de desmoralização da Constituinte. Essa tática também está esgotada.

Ao progresso pois! Mas sem os "progressistas".

Gilberto Souza Gomes Job é engenheiro civil e empresário.